

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, fevereiro de 2011

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
Ativo Circulante		63.940	56.658	Passivo Circulante		4.223	2.958
Disponibilidades	4	46	87	Outras Obrigações		4.223	2.958
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.c	63.175	55.994	Sociais e Estatutárias	10.c	39	38
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		63.175	55.994	Fiscais e Previdenciárias	7	4.054	2.760
Outros Créditos		719	577	Diversas		130	160
Créditos Tributários	5	669	527				
Diversos	6	50	50	Passivo Exigível a Longo Prazo		10.415	10.965
Ativo Realizável a Longo Prazo		22.556	25.055	Outras Obrigações		10.415	10.965
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.c	18.385	9.604	Fiscais e Previdenciárias	7	10.396	10.965
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		18.385	9.604	Diversas		19	-
Outros Créditos		4.171	15.451	Patrimônio Líquido	9	71.862	67.794
Créditos Tributários	5	496	131	Capital Social:			
Diversos	6	3.675	15.320	De Domiciliados no País		59.994	42.063
Permanente		4	4	Reserva de Capital		-	17.931
Investimentos		4	4	Reservas de Lucros		11.868	7.800
Outros Investimentos		4	4				
Total do Ativo		86.500	81.717	Total do Passivo		86.500	81.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados		Total
		Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Capital		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	
Saldos em 31 de Dezembro de 2008		42.063	-	17.931	3.727	96	51	62.853
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	-	(51)	(51)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	5.030	5.030
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	-	201	-	(201)	-
Dividendos	9.b	-	-	-	-	-	(38)	(38)
Reserva para Equalização de Dividendos	9.c	-	-	-	-	1.888	(1.888)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	9.c	-	-	-	-	1.888	(1.888)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		42.063	-	17.931	3.928	3.872	-	67.794
Aumento de Capital	9.a	17.931	-	(17.931)	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	4.107	4.107
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	-	205	-	(205)	-
Dividendos	9.b	-	-	-	-	-	(39)	(39)
Reserva para Equalização de Dividendos	9.c	-	-	-	-	1.932	(1.932)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	9.c	-	-	-	-	1.931	(1.931)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		59.994	-	-	4.133	7.735	-	71.862
Saldos em 30 de Junho de 2010		42.063	17.931	-	4.023	5.678	-	69.695
Homologação do Aumento de Capital	9.a	17.931	(17.931)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	2.206	2.206
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	-	110	-	(110)	-
Dividendos	9.b	-	-	-	-	-	(39)	(39)
Reserva para Equalização de Dividendos	9.c	-	-	-	-	1.029	(1.029)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	9.c	-	-	-	-	1.028	(1.028)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		59.994	-	-	4.133	7.735	-	71.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. (Santander Securities), controlada pela CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) (atual denominação social da Companhia Santander de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando na: intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "underwriting" e administração de fundos. A instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

Em 1 de setembro de 2008, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações, tendo por objeto a alienação da Santander Securities ao Royal Bank of Scotland PLC. O fechamento da operação, com a efetiva transferência das ações e o pagamento do preço de compra, estava condicionado à obtenção da homologação da operação pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Em 3 de fevereiro de 2010, foi celebrado Instrumento Particular de Distrito do Contrato de Compra e Venda de Ações de 1 de setembro de 2008. Com este Distrito, a Santander Securities permanece sendo sociedade integrante do Conglomerado Santander.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Securities, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Securities, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/vi.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Permanente - Outros Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

e) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

e.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

e.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

e.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

f) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 5.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

g) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Contingências Fiscais	594	576	(65)	1.105
Outras Provisões Temporárias	64	44	(48)	60
Saldo dos Créditos Tributários/ Registrados	658	620	(113)	1.165
Circulante	527			669
Longo Prazo	131			496

6. Outros Créditos - Diversos

	Saldo em 31/12/2008	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2009
Provisão para Contingências Fiscais	242	352	-	594
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	36	-	(36)	-
Outras Provisões Temporárias	34	30	-	64
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	312	382	(36)	658
Créditos não Registrados	(4)	-	4	-
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	308	382	(32)	658
Circulante	43			527
Longo Prazo	265			131

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias		Total
	IRPJ	CSLL	
2011	509	160	669
2015	26	16	42
2016 a 2018	284	170	454
Total	819	346	1.165

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários e dos créditos tributários registrados é de R\$946 (2009 - R\$583), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

7. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2010	2009
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 8.b)	12.387	10.965
Impostos e Contribuições a Pagar	2.063	2.760
Total	14.450	13.725
Circulante	4.054	2.760
Longo Prazo	10.396	10.965

8. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Securities é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Securities tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração da Santander Securities entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Movimentação dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais

	2010	2009
Saldo Inicial	10.965	11.123
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	1.457	1.527
Baixas por Pagamentos ⁽²⁾	(35)	(1.685)
Saldo Final	12.387	10.965
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽³⁾	1.402	332

⁽¹⁾ Contemplam as constituições de impostos contingenciados e de obrigações legais do período, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2009, inclui os efeitos decorrentes da aplicação da Lei 11.941/2009, referente aos débitos tributários e previdenciários (Nota 8.c).

⁽³⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Em novembro de 2009, a Santander Securities aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituídos pela Lei 11.941/2009. O principal processo incluiu nesse programa foi a Dedutibilidade da CSLL no IRPJ, no qual a Santander Securities pleiteava a dedutibilidade da CSLL na apuração do IRPJ.

Considerando o estabelecido na regulamentação da referida Lei, os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluído na modalidade de pagamento à vista, foi registrado no momento da adesão ao programa.

A Santander Securities aderiu também ao parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários, os quais poderão ser liquidados em momento posterior após a consolidação formal dos débitos, a ser realizada junto à Receita Federal do Brasil, nos termos da regulamentação do programa. Assim, nenhum efeito contábil foi reconhecido no caso dessa modalidade de parcelamento uma vez que não foi concretizada a consolidação formal dos débitos, e portanto, não foi possível identificar e quantificar os processos a serem incluídos no programa, bem como seus efeitos contábeis.

O principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações tributárias e previdenciárias que remanescem após a aplicação da Lei 11.941/2009 é:

PIS e Cofins - R\$1.991 (2009 - R\$1.628): interpôs medida judicial com vistas a afastar a redação do art. 3, §1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Maurício de Lazari

Diretor Vice-Presidente
Luciano Ortiz de Camargo

Contador

Fabio Ribeiro - CRC - 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Segundo Semestre	2010	2009
Receitas da Intermediação Financeira		4.110	7.293	7.271